doria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, a Promotora de Justiça MARIA CLÁUDIA VITORINO GADELHA, que ocupa a 103ª (centésima terceira) posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para remoção ao cargo de 3º PJ DE PARAGOMINAS, em razão de ser o candidato mais antigo a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

2.10. Julgamento de Remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 1º PJ de Cametã, pelo critério de antiguidade, edital nº 10/2020, processo nº 16/2020/CSMP-MPPA.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os pressupostos objetivos do art. 89 c/c 98 da LCE nº 057/2006:

ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA
FRANCISCA PAULA MORAIS DA GAMA
VANESSA GALVÃO HERCULANO
ALAN JOHNNES LIRA FEITOSA
LOUISE REJANE DE ARAÚJO SILVA SEVERINO
FRANCYS LUCY GALHARDO DO VALE

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, INDEFERIU as inscrições dos candidatos DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA e LUIZ DA SILVA SOUZA, por não preencherem o requisito previsto no art. 89, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06.07.2006 (não ter sido removido ou promovido nos seis meses anteriores ao pedido de inscrição).

Os candidatos JOSÉ ILTON LIMA MOREIRA JUNIOR e MARIA CLÁUDIA VITORINO GADELHA tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram protocoladas em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP. Os candidatos BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES, SABRINA SAID DAIBES AMORIM SANCHEZ e JOÃO BATISTA DE ARAÚJO CAVALEIRO DE MACÉDO JUNIOR desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, a Promotora de Justiça LOUISE REJANE DE ARAÚJO SILVA SEVERINO, que ocupa a 108ª (centésima oitava) posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para remoção ao cargo de 1º PJ DE CAMETÃ, em razão de ser a candidata mais antiga a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

2.11. Julgamento de Remoção ou Promoção à 2ª Entrância, para o cargo de 2º PJ de Rondon do Pará, pelos critérios de antiguidade e merecimento, respectivamente, edital nº 11/2020, processo nº 17/2020/CSMP-MPPA.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição da candidata DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA, por ser candidata única a concorrer no certame.

Os candidatos LUIZ DA SILVA SOUZA, VANESSA GALVÃO HERCULANO e ALAN JOHNNES LIRA FEITOSA desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, a Promotora de Justiça DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA, que ocupa a 128ª (centésima vigésima oitava) posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para remoção ao cargo de 2º PJ DE RONDON DO PARÁ, em razão de ser a candidata mais antiga a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

2.12. Julgamento de Remoção ou Promoção à 2ª Entrância, para o cargo de 2º PJ de Novo Progresso, ambos pelo critério de antiguidade, edital nº 12/2020, processo nº 18/2020/CSMP-MPPA.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que o certame ficou deserto, pois não houve inscritos e passou ao julgamento do certame de promoção ao cargo de 2º PJ DE NOVO PROGRESSO.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os pressupostos objetivos do art. 89 c/c 98 da LCE nº 057/2006:

HELEM TALITA LIRA FONTES
MONIQUE NATHYANE COELHO QUEIROZ
PATRÍCIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN
MÁRCIO DE ALMEIDA FARIAS
THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ
ALEXANDRE AZEVEDO DE MATTOS MOURA COSTA
JULIANA CABRAL COUTINHO ANDRADE
NAIARA VIDAL NOGUEIRA
JULIANA NUNES FELIX
SULDBLANO OLIVEIRA GOMES
LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ
PEDRO RENAN CAJADO BRASIL
DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO
GUSTAVO DE QUEIROZ ZENAIDE

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, INDEFERIU a inscrição do candidato RAFAEL TREVISAN DAL BEN, considerando que não preenche o requisito previsto no art. 89, inciso VI, da Lei Complementar n.º 057, de 06.07.2006 (declaração de serviço do seu cargo em dia).

O candidato DANIEL MONDEGO FIGUEIREDO desistiu de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, a Promotora de Justiça LORENA ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ, que ocupa a 23ª (vigésima terceira) posição na lista de antiguidade da 1ª entrância, para promoção ao cargo de 2º PJ DE NOVO PROGRESSO, em razão de ser a candidata mais antiga a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

Registrou-se, nos itens 2.1 a 2.12, a presença dos seguintes Membros: Gilberto Valente Martins, Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Jorge de Mendonça Rocha, Corregedor-Geral do Ministério Público; os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Leila Maria Marques de Moraes, Dulcelinda Lobato Pantoja e Hamilton Nogueira Salame. Registrou-se a abstenção de voto do Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, Jorge de Mendonça Rocha, apenas no item 2.2.

3. Julgamento de Processos:

3.1. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

3.1.1. Processo nº 000050-124/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Chaves

Origem: PJ de Chaves

Assunto: Apurar ausência de serviço de creche no Município de Chaves-PA. O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006, visto que após diligências restou comprovado que os filhos das Sras. Katiane do Amaral e Marinilza Loureiro, foram devidamente matriculados como ouvintes na Escola Colibri e também se verificou que no ano de 2019 houve a inauguração de uma nova Creche Municipal com intuito de garantir o acesso à educação das crianças do Município de Chaves.

3.1.2. Processo nº 000006-151/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Pará - ARCON

Origem: 1º PJ de defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação ao processo nº 2018/529948, onde está sendo solicitada a liberação de linha para transporte fluvial de passageiros de Belém para Cacheira do Arari.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006, uma vez que ficou comprovado não haver quaisquer irregularidades e tampouco cometimento de improbidade administrativa, por parte da ARCON, em relação ao indeferimento do Processo nº. 2018/529948 que tratava sobre a liberação de linha para transporte fluvial de passageiros de Belém para Cacheira do Arari à Empresa Transpará Navegação.

3.1.3. Processo nº 000015-012/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Nova Timboteua

Origem: PJ de Nova Timboteua

Assunto: Apurar as condições dos veículos que prestam serviços de transporte escolar ao Município de Nova Timboteua.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento do feito como Inquérito Civil e determinou a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem para efeito de arquivamento como Procedimento Administrativo, nos termos dos artigos 8º, inciso II e 12 da Resolução nº 174/2017-CNMP c/c art. 31, II e 36 da Resolução nº. 007/2019-CPJ, por se tratar de acompanhamento de políticas públicas e pelo fato do Órgão Colegiado não ter atribuição para apreciar feitos dessa natureza. SUGERIU, ainda, que o D. Promotor de Justiça, antes de promover o arquivamento, diligencie junto à Prefeitura Municipal nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Registrou-se a presença, nos itens 3.1.1 a 3.1.3, dos seguintes Membros: Gilberto Valente Martins, Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Jorge de Mendonça Rocha, Corregedor-Geral do Ministério Público; os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho (relator), Leila Maria Marques de Moraes, Dulcelinda Lobato Pantoja e Hamilton Nogueira Salame. Registrou-se a presença, nos itens 3.1.2 e 3.1.3, da Conselheira Maria da Conceição de Mattos Sousa.

3.2. Processos de Relatoria da Conselheira LEILA MARIA MARQUES DE MORAES:

3.2.1. Processo nº 000013-012/2020

Requerente(s): Promotora de Justiça Aline Cunha da Silva

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público

Origem: Conselho Superior do Ministério Público

Assunto: Autos do processo de vitaliciamento da Promotora de Justiça Aline Cunha da Silva, previsto para 29/05/2020, nos termos do relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, pela CONFIRMAÇÃO na carreira da Promotora de Justiça ALINE CUNHA DA SILVA, na data de 29/05/2020, considerando que foram cumpridas as determinações legais, prescritas na Lei Federal nº 8.625/93 e na Lei Complementar Estadual nº 057/06, assim como na forma da Resolução nº 002/2008-MP/CSMP, com a atribuição da prerrogativa e da garantia Constitucional do Vitaliciamento, nos moldes do art. 128, §5º, I, "a", da Constituição Federal, na data acima mencionada, salvo fato novo interruptivo do prazo legal.

3.2.2. Processo nº 000029-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves"

Origem: 1º PJ de defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar denúncia em face do CPC "Renato Chaves", em razão da falta de condições estruturais de trabalho dos médicos e cirurgiões-dentistas.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo o art. 8º, inciso VII do